

PECULIARIDADES DA NAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO

*Fernando B. Ferraz**

RESUMO

Em suas origens o Brasil foi uma nação de senhores e escravos. Vive-se hoje neste país a experiência de um Estado Democrático de Direito, em que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Nossa democracia exalta a miscigenação de sua raça, tendo no carnaval e no futebol expressões de manifestação de nosso sentimento como nação. A vinda da família real para o Brasil contribuiu para a sua transformação de colônia em um país independente. Presume-se que se a Corte não tivesse vindo para o Rio de Janeiro nosso país simplesmente não existiria na sua forma atual e que a antiga colônia portuguesa na América se fragmentaria em pequenos países autônomos. Após a proclamação da independência, sob o regime monárquico, vigorou a Carta Magna de 1824 que cedeu lugar para a república em 1889. A partir de então, o Brasil já possuiu cinco Constituições, além da que vigora atualmente desde 05 de outubro de 1988. Porém, até o final de 2007, esta já foi emendada 56 vezes. Estes dados expressam os diversos momentos de instabilidade política, com transformações sociais, por que já passou e tem passado nosso país.

Palavras-chave

Brasil. Democracia. Nação. Colonização. Raça. Poder.

ABSTRACT

In its origins Brazil has been a nation of slaves and lords. We live today in this country the experience of a Democratic State of Law, in which men and women are equal in rights and obligations. Our democracy enhances the mixing of their race, having the carnival and the football as expressions of our feelings as a nation. The advent of the Portuguese royal family to Brazil contributed to the transformation of this closed and delayed colony to become an independent country. It is presumed that if the Court had not been to Rio de Janeiro our country would simply exist in its current form. The former Portuguese colony in America would be fallen into small countries freelancers. After the proclamation of our independence, under the monarchy regime, came into force the Magna Charter of 1824 that gave rise to a republic in 1889. Since then, our country has already five constitutions, and the currently in force since 05 October 1988. By the end of 2007, this has already been amended 56 times. These data express well and sign the various times of political instability that have already happened in the past Brazil.

* Advogado. Doutor em Direito pela PUC/SP. Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Pós-Graduado em Educação, com Especialização em Ensino pela UFPI. Professor Associado I do Curso de Direito e do Curso Mestrado em Direito Constitucional da UFC, e dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Faculdade Christus. É Coordenador do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará – UFC.

Key-words

Brazil. Democracy. Nation. Colonization. Race. Power.

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de globalização, vive-se hoje, no Brasil, a experiência de um Estado Democrático de Direito cujas instituições se compatibilizam com a Carta Constitucional promulgada em 05 de outubro de 1988. Tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Além disso, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, sendo ainda proibido diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão para trabalhadores urbanos e rurais por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (arts. 1º; 5º, inciso I, e inciso XXX do art. 7º).

Constituem, assim, direitos assegurados constitucionalmente que precisam ser efetivados, sob pena de nossa Carta Magna se distanciar da realidade em que vivemos.

2 MANIFESTAÇÕES DE NAÇÃO

Nossa democracia exalta a miscigenação de sua raça. Continuamos fazendo do carnaval e do futebol a expressão maior que enaltece nossa brasilidade e os nossos brios como nação. Ambos ajudam a exteriorizar a identidade nacional. A propósito, qual, afinal, a receita para o carnaval brasileiro? Roberto da Mata responde:

Sabemos que o carnaval é definido como “liberdade” e como possibilidade de viver uma ausência fantasiosa e utópica de miséria, trabalho, obrigações, pecados e deveres. numa palavra, trata-se de um momento onde se pode deixar de viver a vida como fardo e castigo. É, no fundo, a oportunidade de fazer tudo ao contrário: viver e ter uma experiência do mundo como excesso – mas agora como excesso de prazer, de riqueza (ou de “luxo”, como se fala no Rio de Janeiro), de alegria e de riso; de prazer sensual que fica – finalmente – ao alcance de todos. A “catástrofe” que o carnaval possibilita é a da distribuição teórica do prazer sensual para todos.²

Durante a Copa do Mundo, quando a seleção brasileira entra em campo, a sensação que se tem é a de que o Brasil literalmente pára para assistir ao jogo de nossos representantes “*de chuteiras*”. Enquanto nossa seleção consegue ir vencendo seus adversários naquele torneio, o “*verdeamarelismo*” toma conta de nossas ruas e avenidas. A bandeira nacional tremula nas sacadas dos apartamentos e na parte externa dos veículos em movimento. Muitos se vestem de verde e amarelo, exteriorizando, assim, seu ânimo como torcedores da nossa seleção “*canarinho*”.

² DaMata, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 73.

Durante a realização da Copa do Mundo os brasileiros se irmanam, cheio de patriotismo. Os desníveis sociais e econômicos cedem lugar a um só discurso enquanto torcedores. É um período em que o sentimento de nação aflora com naturalidade e entusiasmo. Marilena Chauí, contudo, nos lembra que:

O verdeamarelismo foi elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa do “país essencialmente agrário” e sua construção coincide com o período em que o “princípio da nacionalidade” era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica. De fato, essa imagem visava legitimar o que restara do sistema colonial e a hegemonia dos proprietários de terra durante o Império e o início da República (1889).³

Acrescenta Marilena Chauí:

O que parece surpreendente é o fato de que o verdeamarelismo se tenha conservado quando parecia já não haver base material para sustentá-lo. Ou seja, se ele foi a ideologia dos senhores de terra do sistema colonial, do Império e da República Velha, deveríamos presumir que desaparecesse por ocasião do processo de industrialização e de urbanização.⁴

A imagem *verdeamarela* permaneceu porque havia a convicção de que o Brasil possuía recursos próprios para o desenvolvimento, possuindo nosso país riquezas naturais inesgotáveis, representadas pela abundância de matéria-prima e de energia barata. Além disso, “ela assegurava que o mérito do desenvolvimentismo se encontrava na destinação do capital e do trabalho para o mercado interno”.⁵

Contudo, o *verdeamarelismo* tradicional, representado pela rica e bela natureza tropical e o do povo ordeiro e pacífico, “passou a ser visto pelos promotores do nacional-desenvolvimentismo como signo da alienação social dos ‘setores atrasados’ das classes dominantes e das classes populares”.⁶

Enfim, indaga-se: o *verdeamarelismo*, segundo expressão de Marilena Chauí, exprime a maneira ingênua e alienada como que se manifesta o nacionalismo natural e espontâneo das massas? (...) Ele era o signo da própria alienação social, produzida pela classe dominante do período colonial e imperial e difundida por uma classe média parasitária? (...) Ou significa a substituição do

nacionalismo espontâneo, alienado e inautêntico por um nacionalismo crítico, consciente e autêntico, o nacional-popular, graças ao qual o setor avançado da burguesia nacional e o setor consciente do proletariado, unidos, combateriam o colonialismo e o imperialismo, realizando o desenvolvimento nacional e dando realidade ao ‘ser brasileiro’, à ‘identidade nacional’?⁷

³ CHAUI, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 32 e 33.

⁴ CHAUI, Marilena. ob. cit., p. 35.

⁵ Ibidem, p. 40.

⁶ Loc. cit.

⁷ Loc. cit..

O fato é que além de ter se transformado em um esporte de massas, apreciado pelo povo brasileiro, que permeia todos os níveis sociais, o futebol fascina multidões, ao mesmo tempo em que também permite rápida ascensão social e econômica de seus atletas, muitos deles oriundos de famílias pobres.

Os brasileiros todos torcem nas copas do mundo com um sentimento tão profundo como se se tratasse de guerra de nosso povo contra todos os outros povos do mundo. As vitórias são festejadas em cada família e as derrotas sofridas como vergonhas pessoais.⁸

No Brasil, a obra colonial de Portugal foi de um povo-nação, representado pela mestiçagem, que se multiplicou de forma prodigiosa. A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi

o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Consistia em lhes dar uma moça índia como esposa. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo. (...) Sem a prática do cunhadismo, era impraticável a criação do Brasil. Os povoadores europeus que aqui vieram ter eram uns poucos naufragos e degredados, deixados pelas naus da descoberta, ou marinheiros fugidos para aventurar vida nova entre os índios. Por si sós, teriam sido uma erupção passageira na costa atlântica, toda povoada por grupos indígenas.⁹

Darcy Ribeiro ressalta que o povoamento do Brasil se deu pelo cruzamento de

uns poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras. (...). A democracia racial é possível, mas só é praticável conjuntamente com a democracia social. Ou bem há democracia para todos, ou não há democracia para ninguém, porque à opressão do negro condenado à dignidade de lutador da liberdade, corresponde o opróbio do branco posto no papel de opressor dentro de sua própria sociedade.¹⁰

Em suas origens o Brasil foi uma nação de senhores e escravos. “O processo de formação do povo brasileiro, que se fez pelo entrelaçamento de seus contingentes índios, negros e brancos, foi, por conseguinte, altamente conflitivo.”¹¹ O conceito de povo, porém, não se confunde com o de nação. “Esta é o povo com determinadas características comuns, como a religião, a língua, a cultura, os laços históricos, a etnia etc., fazendo parte de uma realidade sociológica. Povo é o elemento biológico componente do Estado, sem necessitar de nenhuma característica que uma sues integrantes”.¹²

⁸ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 243.

⁹ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 81 e 83.

¹⁰ RIBEIRO, D. op. cit., p. 225 e 227.

¹¹ *Ibidem*, p. 168.

¹² AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p.3.

Às vezes se diz que nossa característica essencial é a cordialidade, que faria de nós um povo por excelência gentil e pacífico. Será assim? A feia verdade é que conflitos de toda ordem dilaceraram a história brasileira, étnicos, sociais, econômicos, religiosos, raciais, etc.¹³

Na visão de Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, “a maioria da população brasileira, ao tempo em que se formava a nacionalidade, era de gente bem adaptada ao ambiente físico e às condições morais e intelectuais da colônia”.¹⁴

O início da ocupação econômica do território brasileiro, observa Celso Furtado, “é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado”¹⁵. A Espanha e Portugal, contudo, se autocreditavam com direito à totalidade das novas terras americanas.

Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. (...) Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. De simples empresa espoliativa e extrativa – idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais – a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.¹⁶

O bom desempenho de Portugal nesta empreitada lhe permitiu a defesa das terras do Brasil. Um dos fatores do êxito da empresa colonizadora agrícola portuguesa “foi a decadência mesma da economia espanhola, a qual se deveu principalmente à descoberta precoce de metais preciosos”.¹⁷

No começo do século XIX, Portugal já dependia do Brasil, uma vez que este, na condição de colônia daquele país, lhe fornecia o ouro, o fumo e a cana-de-açúcar, constituindo, assim, o eixo de suas relações comerciais.

Três séculos depois de ter inaugurado a era das grandes navegações e descobertas, Portugal nem de longe lembrava a metrópole vibrante dos tempos de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. Os sinais de decadência estavam por

¹³ RIBEIRO, D. op. cit., p. 167.

¹⁴ BRASIL SOBRINHO, Tomás Pompeu de Sousa.. O brasileiro, produto eugênico. In MENESES, Djacir (Org.). *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 434.

¹⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 19ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, p. 6

¹⁶ Ibidem, p. 8

¹⁷ FURTADO, C. op. cit., p. 15

todo lado. Lisboa, a capital do império, havia muito tinha sido ultrapassada por suas vizinhas européias como centro irradiador de idéias e inovações. A chama do empreendimento, da curiosidade e da busca pelo desconhecido havia se apagado no espírito português. Os tempos de glória pareciam ter ficado pra trás.

O que tinha acontecido com Portugal? Havia duas explicações. A primeira era demográfica e econômica. Com uma população relativamente pequena, de três milhões de habitantes, Portugal não tinha gente nem recursos para proteger, manter e desenvolver seu imenso império colonial. Dependia de escravos em quantidades cada vez maiores para as explorações de suas minas de ouro e diamante e suas lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e tabaco. Com uma economia basicamente extrativista e mercantil, enfrentava escassez de capital. Embora os navios continuassem a chegar de todas as partes do mundo, a metrópole portuguesa era uma terra relativamente pobre porque a riqueza não parava ali. Lisboa funcionava apenas como um entreposto comercial. De lá, o ouro, a madeira e os produtos agrícolas do Brasil seguiam direto para a Inglaterra, principal parceira comercial de Portugal. Os diamantes tinham como destino Amsterdã e Antuérpia, nos Países Baixos.¹⁸

Por suas riquezas naturais, o Brasil sempre despertou interesse econômico das nações hegemônicas. Como colônia de Portugal, como se viu, dele se extraía o ouro, a madeira e os produtos agrícolas. Como país independente tais interesses se diversificaram, mas continuam intensos. Enquanto isso, “apesar da vontade das classes dominantes de manter o Brasil sempre atrelado ao jogo da dependência e da associação aos poderes mundiais”, conforme observação de Leonardo Boff,

Criou-se aqui, ao longo dos cinco séculos, um experimento civilizacional singular. Raças vindas de todas as partes do mundo, tradições culturais e espirituais de várias procedências aqui se miscigenaram com grande espontaneidade e sem maiores preconceitos. No dizer do historiador José Honório Rodrigues “somos uma república mestiça étnica e culturalmente. Não somos europeus nem latino-americanos. Somos tupinizados, africanizados, orientalizados e ocidentalizados. A síntese de tantas antíteses é o produto singular e original que é o Brasil atual” (*Brasil e África: outro horizonte*, Vozes, Petrópolis 1982, 14).

¹⁸ GOMES, Laurentino. 1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil Ltda., 2007, p. 57.

Deste caldo está surgindo uma nação inventada por nós mesmos, com características singulares que poderão ajudar na configuração da sociedade mundial no século XXI.¹⁹

3 PODER DE PORTUGAL SOBRE O BRASIL

As dificuldades enfrentadas por Portugal mais contribuiu para aumentar a curiosidade de se melhor compreender como este país conseguiu, afinal, manter seu poder por tanto tempo sobre o Brasil. Afinal, o Brasil, por muitos considerado como um *'país continental'*, mantém até hoje praticamente inalterado os limites territoriais deixados como legado por Portugal. Laurentino Gomes²⁰ entende que:

Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei (...).

(...) como seria hoje o Brasil se a corte não tivesse vindo para o Rio de Janeiro? Apesar da relutância em fazer conjecturas, boa parte dos historiadores concorda que o país simplesmente não existiria na sua forma atual. Na hipótese mais provável, a Independência e a República teriam vindo mais cedo, mas a antiga colônia portuguesa se fragmentaria em um retalho de pequenos países autônomos, muito parecido com seus vizinhos da América espanhola, sem nenhuma outra afinidade além do idioma.

D. João VI teve, assim, um papel determinante na formação do Brasil com as dimensões territoriais que hoje ostenta. Segundo observação de Oliveira Lima,

(...) não podemos ter a pretensão de descobrir em D. João VI um espírito em si mesmo inovador e revolucionário – o que teria estado em desacordo com tudo: o ambiente, sua posição, a tradição, seu temperamento. Mas devemos reconhecer que, isolado num trono, ninguém melhor aproveitou as lições de seu século. Pela perspicácia, pela equidade, pelo desapego, senão teórico, mas prático, das velhas fórmulas e dos ideais antiquados, pela adaptação precisa e sem esforço às novas tendências do pensamento e do governo, foi um verdadeiro discípulo dos enciclopedistas, dos economistas e dos moralistas precursores da Revolução Francesa.²¹

(...)D. João VI era organicamente, essencialmente, o símbolo da tranqüilidade, do pacifismo, diríamos hoje. Todavia viram-no mandar partir do Pará a expedição que conquistou a Guiana

¹⁹ BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos, Que Brasil Queremos?* Petrópolis: Vozes, 2000.

²⁰ *Ibidem*, p. 327.

²¹ LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Topbooks, 2000, p. 141.

Francesa; dominar com prontidão e energia a revolução de 1817 de Pernambuco, que ali fundara uma república assaz bem organizada; mandar ocupar Montevidéu pelas tropas do Rio Grande e de São Paulo e, depois da paz européia, pelos veteranos das campanhas peninsulares, adestrados por Beresford, e de que o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, um combatente de Leipzig, gabava em 1816, no momento de sua partida para o sul, o soberbo porte. Que rei apaixonado das glórias militares teria feito melhor?²²

Para o historiador português Jorge Couto²³, uma disputa territorial na região da Amazônia, envolvendo a França e Portugal, está na raiz da fuga da família real portuguesa para o Brasil em 1808, depois que os franceses invadiram o país europeu. Para ele, três objetivos motivaram esta invasão: dividir o território português com os espanhóis, tomar posse das colônias portuguesas e colocar a marinha portuguesa a serviço dos franceses.

Acrescenta que por motivos políticos, procura-se caracterizar a fuga da família real para o Brasil como atabalhoada e D. João VI como uma figura caricata. “Foi uma construção da história. Os países, para se firmarem como independentes tendem a diminuir o papel do colonizador, ridicularizando-o”.

4 CORRUPÇÃO E ABUSO DE PODER: PRÁTICA ANTIGA

Uma das vantagens do atual processo de globalização é a transparência. Já não se pode mais esconder por muito tempo desvios de conduta no exercício do poder. Daí o desconforto permanente da sociedade brasileira com sucessivas notícias de escândalos de corrupção que parecem não ter fim no Brasil. A diferença, porém, é que o humor e a paciência dos brasileiros vem dando sinais de esgotamento, sobretudo com relação aos seus representantes no exercício do poder que persistem em adotar posturas éticas, morais incompatíveis com as virtudes que como pessoas públicas devem adotar. Neste sentido, merece registro a atuação crescente da Polícia Federal no combate permanente à corrupção.

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)²⁴

Percebe-se, contudo, ser antiga a prática da corrupção e abuso de poder no Brasil. Nos treze anos em que D. João viveu no Brasil, “as despesas da mal-administrada e corrupta Ucharia Real mais que triplicou. O déficit crescia sem parar. (...) Apesar disso, a corte continuou a bancar todo mundo, sem se preocupar com a origem dos recursos”.²⁵

²² Idem, p. 142.

²³ Diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa – uma das principais fontes de pesquisa sobre a história de Portugal. *Disputa por Amazônia está na raiz da fuga da família real*. Disponível em: <http://portal.secrel.com.br>. Acesso em: 10 de março de 2008.

²⁴ CF/88, *caput* do art. 37.

²⁵ GOMES, L. op. cit., p.190.

Outra herança da época de D. João é a prática da “caixinha” nas concorrências e pagamentos dos serviços públicos. O historiador Oliveira Lima, citando os relatos do inglês Luccock, diz que se cobrava uma comissão de 17% sobre todos os pagamentos ou saques no tesouro público. Era uma forma de extorsão velada: se o interessado não comparecesse com os 17%, os processos simplesmente paravam de andar. “A época de D. João VI estava destinada a ser na história brasileira, pelo que diz respeito à administração, de muita corrupção e peculato”, avaliou Oliveira Lima. “A corrupção medrava escandalosa e tanto contribuía para aumentar as despesas, como contribuía o contrabando para diminuir as rendas.”²⁶

Durante o período em que esteve ligado à Espanha, Portugal “perdeu para esse país o melhor de seus entrepostos orientais, ao mesmo tempo que a melhor parte da colônia americana era ocupada pelos holandeses. Ao recuperar a independência, Portugal encontrou-se em posição extremamente débil”.²⁷ Tal país então percebeu que, para sobreviver como metrópole colonial, não poderia se manter neutra diante das grandes potências. “Os acordos concluídos com a Inglaterra em 1642-54-61 estruturaram essa aliança que marcará profundamente a vida política e econômica de Portugal e do Brasil durante os dois séculos seguintes”.²⁸

A dependência política portuguesa à Inglaterra era tão expressiva, que exigiu um grande esforço diplomático do Brasil para assegurar sua própria independência, pois se esta fosse interpretada como um ato de agressão a Portugal, a Inglaterra ²⁹viria em socorro de seu aliado agredido. Pelo tratado de 1827, firmado pelo Imperador, sem consultas às Câmaras, “o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico”.

Sobre a monarquia brasileira, Antônio da Silva Jardim (1860-1891), em “Compêndio de teorias e apreciações políticas destinado à propaganda republicana” (Rio, 1888), apresenta uma avaliação que já demonstra uma insatisfação com a presença de portugueses na condução dos destinos do Brasil, desde o seu descobrimento:

Que fizeram os Reis?

D. Manuel encheu-nos de sentenciados e escravos. No tempo de D. Sebastião, um governador matou quase todos os tamoios, indígenas que se poderiam talvez aproveitar. Felipe II negou um título a um homem que nos traria umas minas com riquezas enormes. Felipe III não quis ajudar a João Vieira, português, a combater os holandeses que tinham-se apossado de parte do Brasil. João V enriqueceu os que o cercavam com o ouro de Minas, enquanto

²⁶ *Ibidem*, p. 192.

²⁷ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 19ª edição Paulo: Companhia Editora Nacional,, 1984, p. 32.

²⁸ *Ibidem*, p. 32

²⁹ *Ibidem*, p. 36.

nós estávamos na miséria. Maria I mandou enforcar Tiradentes por querer a independência do nosso país. D. João VI arruinou o nosso tesouro, e mandou matar os patriotas que em 1817 quiseram de novo nossa independência.

Pedro I foi traidor ao pai, D. João VI, ajudando a independência do Brasil, depois de ter prometido não fazê-la, e foi ingrato para com José Bonifácio que lhe deu o trono. Foi corrupto e déspota. Tanto fez que em 1831 houve uma revolução e teve de ir-se embora.

PEDRO II. O imperador que o Brasil tem hoje não é o que muitas pessoas pensam. Governou muito tempo, quase 50 anos, sem que ninguém o atrapalhasse, e o fato é que nada fez: a nação aí está muito mal. (...) Pouco caso fazia das leis, e governava à sua vontade. (...) Meteu-nos numa guerra desastrosa com o Paraguai, deixou as províncias ficarem pobres, não preparou a abolição da escravidão enganando os lavradores e os abolicionistas, maltratou os amigos, e afinal dizem que perdeu o juízo.³⁰

Em sua última fala ao trono, por ocasião da abertura da 4ª Sessão da 20ª Legislatura, em 3 de maio de 1889, D. Pedro II, 'Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil', aborda vários temas, dentre os quais, destacamos:

O Tesouro Nacional, livre da avultada dívida flutuante, que veio de anteriores exercícios, tem disposto de meios mais que suficientes para as despesas internas, sem necessidade de recorrer aos expedientes de antecipação de receita, e conserva em Londres grande parte do último empréstimo, para as suas aplicações legais. (...)

Augustos e Digníssimos Srs. Representantes da Nação.

Muito haveis feito pelo progresso e felicidade de nossa Pátria, porém muito resta ainda por fazer em uma Nação nova, de extenso território, cheio de riquezas naturais, e votada pela Providência aos mais esplêndidos destinos. Se é grande o encargo que assumis, não é menor o vosso patriotismo, e o Brasil o recomenda com a mais segura confiança.

Está aberta a sessão.

Após a abertura desta sessão, já transcorreu mais de um século. A Monarquia cedeu lugar à República. Após a Carta Magna de 1824, nosso país já possuiu as Constituições de 1891, 1934, 1937, 1946, 1967/69, que bem expressam e sinalizam para os diversos momentos de instabilidade política por que já passou o Brasil. Hoje, a Constituição da República Federativa do Brasil³¹, promulgada em 05.10.88, continua afirmando em seu art. 3º que "*todo poder emana do povo*", e tem como objetivos fundamentais: "I – construir uma sociedade livre, justa e

³⁰ JARDIM, Antônio da Silva. A Monarquia. In: MENESES, Djacir (Organizador). *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 710.

³¹ Até o final de 2007, esta Carta Constitucional já sofreu 56 Emendas Constitucionais.

solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III- erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

A sensação, porém, tomando emprestado a mesma expressão utilizada por D. Pedro II em sua última fala ao trono, é a de que “*muito resta ainda por fazer em uma Nação nova, de extenso território, cheio de riquezas naturais, e votada pela Providência aos mais esplêndidos destinos*”(…), sendo capaz de aproximar, mais ainda, o *Brasil real* do *Brasil constitucional*, superando suas desigualdades históricas, sobretudo aquelas decorrentes da má distribuição de sua riqueza.

REFERÊNCIAS

- AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- BOFF, Leonardo. *Depois de 500 anos, Que Brasil Queremos?* Petrópolis: Vozes, 2000.
- MATA, Roberto da. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 1995
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 19ª edição. São Paulo: Companhia Nacional, 1984
- BRASIL SOBRINHO, Tomás Pompeu de Sousa. *O brasileiro, produto eugênico*. In MENESES, Djacir (Organizador). *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998
- JARDIM, Antônio da Silva. *A Monarquia*. In: MENESES, Djacir (Organizador). *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998
- GOMES, Laurentino. *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil Ltda., 2007
- LIMA, Oliveira. *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. São Paulo: Topbooks, 2000.